

---

**Financeirização do Ensino Superior no Brasil: inserção e atuação da Cogna Educação na Região Norte**

*Financialisation of the Brazilian's higher education: the integration and operation of the Cogna Educação in the Brazilian's North Region*

André Rodrigues Guimarães

Adeildo Telles da Silva

**Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)**

Macapá-Brasil

Ari Fernandes Santos Nogueira

**Universidade Federal do Oeste da Bahia**

Barreiras-Brasil

**Resumo**

O objetivo deste estudo é analisar a inserção da Cogna Educação na região Norte do Brasil, como expressão da financeirização do ensino superior, bem como a participação no atendimento educacional no âmbito das matrículas em cursos de graduação. Para tanto, levantou-se as Instituições vinculadas à *holding*, que possuem registro no Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior e as informações de matrículas, presenciais e à distância, referentes ao ano 2020, nos microdados do Censo da Educação Superior. A análise evidencia que a inserção da Cogna Educação na região Norte se efetiva a partir de movimentos articulados, com atuação predominante na educação à distância. Conclui-se que o processo de financeirização carrega consequências negativas para o ensino superior, contribuindo para a manutenção e aprofundamento das desigualdades regionais.

**Palavras-chave:** Financeirização; Cogna Educação; Ensino superior.

**Abstract**

The objective of this study is to analyze the insertion of Cogna Educação in the North region of Brazil, as an expression of the financialization of higher education, as well as participation in educational services within the scope of enrollment in undergraduate courses. To this end, it was raised the Institutions linked to the holding that are registered in the National Register of Courses and Institutions of Higher Education and the enrollment information, face-to-face and distance, referring to the year 2020, in the microdata of the Census of College education. The analysis shows that the insertion of Cogna Educação in the North region is effective from articulated movements, with a predominant role in distance education. It concludes that the financialization process has negative consequences for higher education, contributing to the maintenance and deepening of regional inequalities.

**Keywords:** Financialization; Cogna Educação; Higher education.

## **Introdução**

No presente texto, buscamos contribuir com o debate sobre a financeirização da Educação Superior brasileira a partir da análise da maior *holding* superior desse setor no país. Nosso objetivo é investigar a inserção da Cogna Educação na região Norte do Brasil, destacando a processualidade histórica e regional, bem como a participação no atendimento educacional, com base nas matrículas em cursos de graduação. Para tanto, nos fundamentamos nos pressupostos epistemológicos e teórico-metodológicos do materialismo histórico-dialético (Paulo Netto, 2011; Silva, 2019; Subtil, 2016), com abordagem quali-quantitativa (Santos Filho; Gamboa, 2013).

Os dados aqui analisados fazem parte do levantamento inicial da pesquisa “O ensino privado-mercantil no Brasil: caracterização e análise das estratégias de inserção do capital financeirizado para a oferta educacional”, financiada pelo CNPq (Processo 405647/2021-2). Para a produção do artigo, inicialmente, levantamos a relação de Instituições de Ensino Superior (IES) pertencentes à Cogna Educação, cuja lista foi obtida a partir de material publicado pela própria *holding*, produzido em abril de 2023 (Cogna, 2023a). Em seguida, verificamos quais IES da listagem possuíam, em julho de 2023, registro no Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (e-MEC). Para a verificação da atuação da Cogna Educação na região Norte, levantamos informações das matrículas de graduação em 2020, com base em microdados do Censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Brasil, 2022). Foram consideradas, também, outras informações disponibilizadas pela Cogna Educação e instituições vinculadas ao Grupo.

Para fins de exposição, organizamos o texto em três seções, além desta introdução e considerações finais. Na primeira, analisamos a configuração da financeirização da educação superior brasileira. Em seguida, expomos a constituição da *holding* Cogna Educação e destacamos suas linhas de atuação, em especial, seus mecanismos de inserção no ensino superior. Na terceira parte, identificamos a inserção do Grupo no ensino superior na região Norte do Brasil. Importa destacar que compartilhamos da perspectiva apontada por Adrião (2018) ao defendermos a necessidade de enfrentamentos em âmbito global ao processo de privatização da educação, mas que isso pressupõe, também, a compreensão da materialização desse movimento localmente.

### **A financeirização da educação superior brasileira**

A partir da década de 1970, o modo de produção capitalista enfrenta uma crise estrutural (Mészáros, 2008). Chesnais (1996) caracteriza esse processo pela queda da taxa de lucro com o esgotamento do padrão de acumulação fordista-taylorista, hipertrofia da esfera financeira e concentração de capital por meio de fusões entre as grandes empresas. Houve superprodução e uma cultura consumista que elevou os níveis inflacionários retendo o poder aquisitivo da classe trabalhadora e aumentando as poupanças das indústrias. O crescimento econômico estagnou.

O capital excedente, sem espaço para crescimento nos mercados locais, conforme Antunes (1999), demandou uma tendência generalizada às desregulamentações e à flexibilização dos mercados e da força de trabalho para ampliação do espaço de circulação livre do capital em escala planetária. Chesnais (1996) afirma que tal circulação se dá de maneira predominantemente financeira e rentista, e chama esse processo de financeirização. Bastos (2013) identifica ser esse o modo atual de funcionamento do capitalismo global, o qual tem efeitos sobre todos os setores sociais, inclusive a educação, com estratégias de mercantilização e privatização.

Em tal processo, as demandas impostas pela mundialização do capital por maior desenvolvimento da informação, inovação e tecnologia destacam o conhecimento como fator de produção e fonte de recursos ampliando a busca por acesso aos níveis mais elevados de ensino (Blandy; Dowbor, 2022). Knight (2003) explica que o processo de integrar uma dimensão internacional, intercultural ou global incide sobre as funções e oferecimento do chamado ensino pós-secundário. Assim, a mundialização do capital também implica em reformas na Educação Superior brasileira, articulando-se sua oferta e financiamento com a nova conjuntura político-econômica.

No Brasil, com a crescente demanda por acesso à educação superior, os governos eleitos sob a bandeira da redemocratização do país deram continuidade ao projeto de expansão do setor privado, iniciado no período da ditadura militar, possibilitando, entre outras questões, o ingresso do capital estrangeiro nesse setor. A Constituição Federal de 1988, ao estabelecer que a educação é livre à iniciativa privada, garantiu a possibilidade da oferta de educação por instituições com fins de lucro (Adrião, 2018), mas a consumação desse

*Inserção e atuação da Cogna na educação superior na região Norte do Brasil*

processo se deu com o estabelecimento da educação como um serviço comercializável no Acordo Geral sobre Comércio em Serviços, GATS/ACGS, em 1995, que estabeleceu a “[...] lógica do lucro, da oferta e da competição, características do pensamento liberal do ‘livre’ mercado” (Siqueira, 2004, p. 148), inclusive com a previsão de sanções para os Estados que apresentasse barreiras ou desvantagens de comercialização e lucro. Isso alargou as portas para o fluxo de capital estrangeiro de investimentos e comercialização de serviços educacionais no país.

Afinados com tais perspectivas, os governos brasileiros da década de 1990 incrementaram medidas que possibilitaram ampliação da privatização e financeirização do setor educacional. Os governos assumiram o discurso que “[...] o ensino superior estaria em crise, por não absorver toda a crescente demanda e por não preparar adequadamente universitários para o mercado” (Silva Júnior; Sguissardi, 1999, p. 47). Assim, implementaram políticas de fortalecimento do setor privado na ampliação das matrículas e redefiniram os parâmetros de qualidade da educação, com a instituição de lógicas avaliativas mercantis, meritocrática e competitiva. Esse movimento segue seu curso nos governos Lula/Dilma (2002-2016) com políticas públicas estruturadas na exoneração fiscal e acesso do setor privado ao fundo público, como a instituição do Programa Universidade para Todos (ProUni) e a redefinição do Financiamento Estudantil (FIES). Essas medidas instituíram um cenário ainda mais vantajoso e seguro para atuação dos *private equity*, fundos privados de investimento em empresas consolidadas no mercado e que se comprometem a assistir tais empresas e guiá-las na direção do atendimento dos interesses dos acionistas com estratégias de manutenção do foco e expansão da lucratividade.

Além de ampliar as condições de acesso do setor privado ao fundo público, o FIES contribui para o processo de bancarização que converte as empresas de ensino superior em verdadeiros bancos, que oferecem não só os serviços educacionais como, muitas vezes, também disponibilizam seguros educacionais para o caso de impedimentos no pagamento das mensalidades como perda do emprego ou morte acidental. Essas estratégias, além de ampliar o grau de acesso dos estratos mais vulneráveis da classe trabalhadora a serviços bancários e de crédito, têm impacto relevante sobre os processos de endividamento das famílias brasileiras. Não só a educação é tratada como uma mercadoria alienada de suas finalidades sociais, como também a própria instituição educacional opera como um grilhão

que aprisiona seus usuários ao endividamento nos sistemas de crédito, alimentando as finanças das empresas e suas ações nos mercados financeiros.

Com as medidas implementadas pelos governos, as empresas que atuam no ensino superior e os fundos privados de investimentos encontram as oportunidades de abertura de capital e comercialização (compra e venda) de ações com foco na promoção da lucratividade. Financiadas com o investimento dos fundos internacionais, as receptoras das *private equity* desenvolvem estratégias de crescimento econômico e captação de alunos. Com efeito, as empresas não financeirizadas são absorvidas pelas receptoras em um processo de oligopolização, com a constituição de grandes *holdings* com atuação no campo educacional.

Assim, a financeirização da educação superior brasileira deve ser compreendida no contexto de mundialização do capital, sob controle do setor rentista, mas que se materializa a partir de medidas político-econômicas governamentais locais. Tal processo afina-se às orientações de organismos internacionais, com destaque para as oriundas do Banco Mundial (Blandy; Dowbor, 2022), para desregulamentação/flexibilização das normas fiscais, ampliação do acesso privado ao fundo público, bancarização e formação de oligopólios.

A materialidade desse processo se expressa na ampliação da expansão do setor privado-mercantil no atendimento educacional em nível superior. Conforme Blandy e Dowbor (2022), o total de instituições privadas de educação superior com fins lucrativos no Brasil subiu de 27% em 1999 para 67% em 2010. A concentração de matrículas no setor aumentou em 130% no mesmo período. Conforme os microdados do Censo da Educação Superior, em 2020, registrou-se 8.680.945 matrículas em cursos de graduação. O atendimento no setor privado alcançou 78% do atendimento, sendo a maioria das matrículas (56%) já em instituições com fins lucrativos. Desse modo, as empresas educacionais, muitas constituídas em *holdings*, avançam no atendimento da oferta de educação superior no Brasil, sobrepondo os interesses com a lucratividade às finalidades sociais da educação.

A análise em questão nos permite identificar que o setor privado já se configura como um subsistema da educação superior brasileira (Blandy; Dowbor, 2022). Orientado pelas leis do mercado, colocam-se as finalidades educacionais em segundo plano para viabilizar a constante expansão, ao mesmo tempo em que assume cada vez mais influência sobre a política pública educacional brasileira. Organizadas em fóruns e associações, as empresas de

*Inserção e atuação da Cogna na educação superior na região Norte do Brasil*  
ensino superior avançam na direção do controle dos espaços de deliberação, regulamentação e regulação da educação superior brasileira.

Em síntese, por meio de programas de exoneração fiscal e mediante estratégias de parcerias público-privado, o setor privado-mercantil tem acesso ao fundo público. Sob o modelo de governança corporativa, as empresas desenvolvem operações de expansão e implementam um oligopólio concentrando as decisões sobre o funcionamento de suas subsidiárias com os interesses financeiros de acionistas totalmente desvinculados das finalidades educacionais. Para tanto, empresas de capital fechado convertem-se em *holding*, desenvolvendo operações de expansão, oligopolização e financeirização, tal como é o caso da Cogna Educação.

### **A Cogna Educação no processo de financeirização da educação superior brasileira**

A Cogna Educação tem seu início em 1966 com a criação do Curso Pré-vestibular Pitágoras, em Belo Horizonte (MG). A partir de 1972, o Grupo Pitágoras começou seu processo de expansão com os colégios Pitágoras para ensino básico. Na década de 1990, ocorreu a criação da Rede Pitágoras, com a participação de 106 escolas associadas e, já no final dessa década, criou-se a Fundação Pitágoras (COGNA, 2023b).

Em 2000, foi criada a Faculdade Pitágoras, ofertando o curso de graduação em Administração. E, em 2001, após mudanças no marco regulatório do Ensino Superior, a *Apollo International* (fundo particular de investimentos em educação) tornou-se acionista da Kroton ao realizar um aporte financeiro, possibilitando, assim, o compartilhamento do controle da empresa com os sócios fundadores. Essa participação começou a ter limitações em 2005 por questões internas e durou até agosto de 2006, quando os acionistas da Kroton fizeram a recompra das ações da *Apollo International* (Pitágoras, 2019; Cogna, 2023b). Conforme analisa Oliveira (2009), a parceria entre a Pitágoras e a *Apollo* foi a primeira manifestação do processo de financeirização da educação superior no país.

Ainda em 2006, a Kroton expandiu sua oferta no ensino superior por meio de cursos superiores de tecnologia, com duração entre dois e dois anos e meio, com custo baixo, além de cursos de especialização e cursos de extensão. Conforme Chaves, Santos e Kato (2020), o movimento de expansão e ampliação dos lucros da Kroton é oportunizado por meio de políticas governistas de ampliação do acesso à educação superior que privilegiaram o setor privado-mercantil. Desse modo, a empresa atingiu uma significativa faixa de mercado. Já em 2007, a Kroton abriu capital na Bolsa de Valores (KROT11) e, no ano seguinte, um novo aporte

financeiro foi realizado por um dos maiores fundos de *private equity* do mundo, a *Advent International* (Pitágoras, 2019; Cogna, 2023b).

Com a aquisição do Grupo IUNI Educacional, em 2010, 3 instituições de ensino superior de quatro estados brasileiros passaram a integrar a Kroton: Universidade de Cuiabá (MT), União Metropolitana de Educação e Cultura (BA), Faculdade de Macapá (AP). Assim, a Kroton efetivou, até então, a maior aquisição no âmbito da educação superior privada no país, alcançando cerca de 86 mil matrículas, com movimento financeiro superior à R\$ 190 milhões (Nogueira, 2020).

Em 2011, a Kroton anunciou a Oferta de Distribuição Pública de Ações, e com a entrada de novos recursos, expandiu com mais aquisições de instituições em diversos estados do Brasil: Faculdade Atenas Maranhense (MA), Faculdade União (PR), Faculdade do Sorriso (MT) e a Universidade Norte do Paraná, Unopar, (PR). Com essa última, a Kroton passou a ser um dos maiores grupos de ensino superior do Brasil e o 6º maior do mundo. No ano seguinte, ocorreu a aquisição do Centro Universitário Cândido Rondon (Unirondon) e da Uniasselvi (Pitágoras, 2019; Cogna, 2023b).

Em 2013, a Kroton anunciou o acordo de associação com a Anhanguera. A aprovação pelos órgãos reguladores só ocorreu no ano seguinte, mas com ressalvas. Para que a fusão ocorresse, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) exigiu que a Kroton vendesse a Uniasselvi. Tal venda se efetivou em 2016, com transferência para a Treviso Empreendimentos e Participações S.A.

A partir de 2014, em pleno processo de expansão, a Kroton desenvolveu novos modelos acadêmicos e de gestão, associados com novas tecnologias e adequados ao modo de produção da sociedade plataformizada. Nesse aspecto, adquiriu a *startup Studiare* por 4,1 milhões de reais para desenvolver projetos computacionais de adaptação de aprendizagem (*adaptive learning*) (Cogna, 2023b). Esse movimento atende às necessidades oriundas da plataformização do trabalho como uma demanda característica do atual modo de produção capitalista, denominado Capitalismo de Plataforma ou Indústria 4.0. Conforme Amorim, Cardoso e Bridi (2022) tal processo dá conta da redução de custos e ampliação do controle sobre o trabalho, ao mesmo tempo que responde a exigências dos novos modelos de gestão das organizações nas quais tempo e informação passam a ser diretrizes de eficiência e eficácia para o regime de produção de valor, capitalização e acumulação.

### *Inserção e atuação da Cogna na educação superior na região Norte do Brasil*

Em 2015, a Kroton criou o Parcelamento Estudantil Privado (PEP), um sistema de financiamento próprio para os estudantes (Cogna, 2023b). Processos como esse concorrem para a bancarização que, conforme Andrade (2018), é um dos movimentos necessários à financeirização como novo modelo de acumulação, caracterizado pelo aumento no grau de acesso a serviços bancários básicos. Assim, as empresas de educação superior como a Kroton utilizam-se dos processos de financiamento próprio não só para a captação de estudantes-clientes na lógica da financeirização, como também contribuem para a atração das famílias para dentro desse sistema com forte estratégia de endividamento.

Discutindo a questão do endividamento, Dardot e Laval (2016) o apontam como estratégia de produção de subjetividade orientada em uma visão do sujeito sobre si mesmo como princípio, meio e fim de suas condições objetivas de vida no sistema capitalista, sem qualquer relação desse sistema com as desvantagens, limites e precariedades de acesso a direitos universais como a educação. O sujeito é responsável por empenhar sua força de trabalho, antes mesmo de formalizar tais condições de exploração, antecipando o acesso a recursos financeiros para participar de uma sociedade mercantilizada onde, inclusive, os outrora direitos sociais só podem ser acessados por meio das compras de serviços. Tal lógica inspira também financiamentos públicos, como o FIES. Assim, o Estado esvazia sua função de financiamento da educação pública e assume o papel de corretor entre o banco e a empresa de educação, atraindo o estudante e suas famílias para esse processo de endividamento.

Em 2017, a Kroton fez o lançamento de *Greenfields* e inaugurou 200 novos polos, elevando o total para 1.110. As *Greenfields*, conforme Mioto e Penha Filho (2019), caracterizam-se pelo objetivo de modernizar e expandir a base produtiva, porém, conforme a solidez de investidores vai se materializando, as *holdings* investem menos em modernização e mais na compra da concorrência. Ambos os movimentos constituem um processo de oligopolização cujo efeito é a concentração da oferta e domínio de mercado.

Isso impacta negativamente sobre as finalidades da educação. Os princípios operacionais se orientam pela lucratividade com foco na decisão sobre modernização e redução de custos de produção. A ampliação das estratégias de plataformação precariza as condições de trabalho docente e a garantia da igualdade de condições de acesso à educação de qualidade. Além disso, a concentração da oferta produz uma espécie de subsistema educacional em que as decisões financeiras dos acionistas têm impactos pedagógicos e caráter de políticas educacionais.

Já em 2018, o Grupo adquiriu os Colégios *Lato Sensu* (Manaus/AM) e Leonardo da Vinci (Vitória/ES), assim como a aquisição da maior plataforma de educação básica do Brasil, a Somos. Nesse mesmo ano, o Grupo criou a Saber, uma *holding* com atuação na educação básica. Além disso, iniciou uma Parceria com o Cubo Itaú, uma comunidade criada em 2015 pelo Itaú Unibanco e *Redpoint Eventures* que reúne diversas *startups* e *corporates* com a finalidade de conectar as melhores soluções para construir grandes cases de inovação para o mercado (Cogna, 2023b).

A culminância desse processo histórico ocorre em 2019 quando nasce a Cogna Educação, uma *holding* com atuação em quatro verticais do setor educacional no Brasil. A Kroton, com o seu modelo de negócio *Business to Consumer* (B2C), atuando no ensino superior por meio de 176 unidades próprias e 1.410 polos credenciados de Educação à Distância (EaD); A Platos, que, por meio do modelo de negócio *Business to Business to Consumer* (B2B2C), utiliza o conceito de *EdServ Platform* (plataforma de serviços educacionais) e oferta uma série de serviços e soluções para as instituições de ensino superior, atendendo as unidades da Kroton e outras instituições a partir de contratos com a Saraiva Educação; A Saber, também com o modelo B2C, reúne renomadas instituições de ensino básico do País, com 54 unidades próprias em 13 estados, serviços relacionados ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e a operação da *Red Balloon*, uma escola especializada em ensinar inglês para crianças e adolescentes entre 3 e 17 anos; E a Vasta/Somos Educação, com o modelo de negócio B2B da educação básica, tem sua principal característica o uso de plataforma de serviços integrada, que busca ser o *one stop provider* da escola privada de educação básica, com apoio da Plataforma K12, desenvolvida com o conceito de *platform as a service* (Cogna, 2023b). Assim, a Cogna passa a ter ampla atuação na educação brasileira, englobando a educação básica e superior (Chaves; Camargo; Sousa, 2023).

Em sua forma organizacional, antecipando esses setores verticais, encontra-se a Cogna Ventures, que consiste em explorar novas frentes de crescimento e inovação. A empresa entende que, para além de investir em tecnologia e inovação, não somente acelera o processo de expansão e tornando-a cada vez mais digital, mas também acompanha a transformação do modelo cultural que modifica a atual forma de trabalho e das relações interpessoais e com o ambiente (Cogna, 2023b).

### *Inserção e atuação da Cogna na educação superior na região Norte do Brasil*

Todo esse processo está relacionado ao movimento de plataformização, como novo modo de produção capitalista. Ikuta (2022) aponta que as plataformas digitais constituem um mercado de produtos educacionais e oportunizam a padronização do gerenciamento do ensino. A autora apresenta, inclusive, uma tipologia com plataformas de: (i) conteúdos, cursos e aulas online; (ii) Ambientes Virtuais de Aprendizagem, AVAs; (iii) gestão, avaliação e gerenciamento do ensino e aprendizagem; (iv) capacitação e treinamento profissional e; (v) contratação de professores e oferta de aulas particulares. Essa mesma autora explica que a plataformização da educação precariza as condições de trabalho docente e amplia desvantagens e desigualdades no acesso à educação de qualidade chegando, em alguns casos, a descaracterizar as atividades educativas pela padronização da relação ensino-aprendizagem e da produção de conhecimento.

Na revisão dos eventos que constituem o histórico de formação da Cogna Educação, é possível identificar o compasso dos movimentos de expansão da holding com elementos centrais da financeirização da educação superior, como a abertura do capital e a busca pelo domínio do mercado. Esses movimentos vão se desenvolvendo com maior ou menor incidência e amplitude, conforme a realidade educacional e conjuntura político-econômica de cada uma das regiões brasileiras. Na seção seguinte, analisamos a inserção da Cogna Educação região Norte e sua atuação na cobertura de matrículas em cursos de graduação.

#### **Cogna Educação no ensino superior no Norte do Brasil: 2020**

Conforme destacam Sguissardi (2008) e Brito e Guimarães (2017), a educação superior brasileira tem como uma de suas marcas estruturantes a desigualdade regional. Historicamente, negou-se para a maioria das populações periféricas o acesso a esse nível de ensino. No presente estudo, compreendemos serem necessárias políticas públicas sociais para enfrentamento às desigualdades e assimetrias regionais e, ao considerarmos a região Norte como particularidade, evidenciaremos as implicações do processo de expansão privado-mercantil da educação superior no país.

Em 2020, conforme microdados do Censo da Educação Superior, registrou-se na região Norte 677.692 matrículas em cursos de graduação. Na distribuição por categoria administrativa, identifica-se que 133.610 matrículas estavam no setor público e 544.082 no setor privado, sendo a maioria delas, 468.438, em instituições com fins lucrativos. Em termos percentuais, o setor privado era responsável por 80,28% do atendimento educacional na região, acima do índice nacional (77,46%). Esse cenário resulta do contínuo investimento de

forças políticas e econômicas, sob orientação de organismos internacionais, para consolidar a educação superior como um serviço mercantilizado, regulado por interesses do capital (Nogueira; Lima, 2022).

Também é mais intensa a participação das matrículas em EaD no Norte. No Brasil, as matrículas em tal modalidade, em 2020, atingiram 35,78%, e no Norte 45,91%. Ao considerarmos especificamente o setor privado, identificamos a EaD como fundamental para expansão da mercantilização: no Brasil alcançaram 43,85% e no Norte 56,04%. Conforme aponta Silva Júnior (2006), há concentração de esforços do setor privado-mercantil na modalidade EaD em função da ampliação das margens de rentabilidade com a redução de custos, como também é parte de um projeto político de ordem mundial que abre espaço na esfera educacional ao capital rentista.

Assim, esse processo é impulsionado pelas instituições com fins lucrativos. Em 2020, essas instituições detinham 4.833.599 matrículas no Brasil, e 468.438 matrículas na região Norte, respectivamente, 71,88% e 86,10%, do atendimento do setor privado. A maioria dessas matrículas são em cursos de EaD, sendo nessa modalidade mais intensa a atuação da esfera privada-mercantil: no Brasil as matrículas alcançaram 88,60% e no Norte 95,27%.

**Tabela 1 – Matrículas privadas em IES com fins lucrativos no Brasil e na região Norte (2020)**

Modalidade	Brasil			Norte		
	Total	IES com fins lucrativos		Total	IES com fins lucrativos	
		Número	%		Número	%
Presencial	3.775.908	2.221.209	58,83	239.193	177.974	74,41
EaD	2.948.431	2.612.390	88,60	304.889	290.464	95,27
Total	6.724.339	4.833.599	71,88	544.082	468.438	86,10

Fonte: elaboração própria com base nos microdados do Censo da Educação Superior (2022).

Em síntese, os dados indicam acentuado processo de privatização da educação superior na região Norte do Brasil. Movimento esse que se consolida, particularmente, com a utilização da EaD. Assim, para além da negação do acesso público e gratuito à educação superior, grande parte da população que ingressa nesse nível de ensino recebe uma formação de questionável qualidade. Em geral, tal formação é caracterizada pela centralidade em atividades de ensino, no autodidatismo, com pouca ou mesmo nenhuma experiência de pesquisa e/ou extensão. Isso se efetiva em contextos de vulnerabilidades socioeconômicas,

*Inserção e atuação da Cogna na educação superior na região Norte do Brasil*  
geográficas e tecnológicas, como é o caso da maior parte dos municípios da região pesquisada.

Tal cenário reflete os interesses hegemônicos em cursos no país, pois, em essência, para os grupos empresariais, a centralidade do processo expansionista é a lucratividade e a rentabilidade. Para melhor compreensão desse processo, vamos analisar como se efetiva a participação da maior *holding* que atua no campo da educação superior, a Cogna Educação.

A Cogna Educação tem atuação nacional em todos os 26 estados e no Distrito Federal. Com base no levantamento realizado neste estudo, conforme indicado na introdução, identificamos que, em 2020, a Cogna contabilizou 809.946 matrículas. Em todas as suas instituições houve registro de matrículas presenciais, 249.433 no total (30,8%); apenas 3 instituições do Grupo detinham oferta na EaD: o Centro Universitário Anhanguera Pitágoras AMPLI, a Universidade Anhanguera e a Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera. Nessas IES, em tal modalidade, contabilizaram-se 560.513 matrículas, 69,2% do atendimento da *holding*.

No mesmo ano, ao delimitarmos a atuação da Cogna na região Norte, com base nos critérios utilizados, identificamos a atuação de 8 Instituições de Ensino. Estão presentes as 3 que atuam nacionalmente na oferta de EaD e outras 5 que têm suas origens na própria região: Faculdade Anhanguera Unidade Paragominas (PA), Faculdade Anhanguera Unidade Parauapebas (PA), Faculdade Anhanguera De Marabá (PA), Faculdade Anhanguera De Rio Branco (AC) e Faculdade Anhanguera De Macapá (AP). O processo de vinculação dessas instituições ao grupo, suas mudanças, abrangência e atuação evidenciam como se efetiva a oligopolização da educação superior, em sua experiência mais exitosa.

Na região Norte, o Grupo contabilizou 64.983 matrículas, sendo 5.807 (8,94%) em cursos presenciais e 59.176 (91,06%) na EaD. Percebemos que as instituições com inserção nacional no âmbito da regional atendiam exclusivamente na EaD. Já as demais instituições tinham sua atuação limitada em apenas um estado da região e em cursos presenciais. A partir de informações e-MEC, e outras coletadas nas páginas eletrônicas das próprias instituições, faremos, a seguir, uma breve descrição do processo de incorporação à Cogna Educação e, com base nos microdados do Censo da Educação Superior, analisaremos a abrangência do grupo na região nas matrículas em cursos de graduação em 2020.

*Centro Universitário Anhanguera Pitágoras Ampli*

Fundado em 27 de novembro de 1969, o Instituto de Ensino Superior Senador Fláquer de Santo André iniciou suas atividades com os cursos de Pedagogia e de Administração de Empresas, das Faculdades de Educação e Administração. Em 24 de abril de 1985, houve alteração de denominação para Faculdades Integradas Senador Fláquer. Já em 13 de janeiro de 2000, o Ministério da Educação (MEC) credencia a Instituição como Centro Universitário de Santo André (UNIA), mantidas pelo Instituto de Ensino Superior Senador Fláquer de Santo André S/C, ambos com sede na cidade de Santo André, no Estado de São Paulo. A Portaria Nº 1.312, de 18 de maio de 2004, recredenciou o Centro Universitário por mais cinco anos (Brasil, 2023).

A mudança da mantenedora ocorreu oficialmente em 23 de dezembro de 2009, por intermédio da Portaria Nº 1.840, tornando-se Anhanguera Educacional S.A. Como efeito disso, a Portaria Nº 1.747, de 23 de dezembro de 2009, altera a denominação para Centro Universitário Anhanguera. Já a Portaria Nº 727, de 31 de março de 2011, alterou novamente o nome para Centro Universitário Anhanguera de Santo André.

A partir da Portaria Nº 448, de 22 de maio de 2017, a Instituição passa por um ajuste de mantenedora, passando para Anhanguera Educacional Participações S/A, e o acréscimo de uma sigla ao nome anterior (UNIA). A última alteração na denominação ocorreu em 09 de dezembro de 2019, passando a ser o Centro Universitário Anhanguera Pitágoras AMPLI (Brasil, 2023).

Vale destacar que essa Instituição teve, em suas diferentes nomenclaturas, vários processos de credenciamento. Também observamos no sistema e-MEC as autorizações para atuação na EaD, bem como registros de criação e substituição de polos em tal modalidade. Em 2020, os microdados do Censo da Educação Superior indicam que a Instituição possuía no Brasil 5.303 matrículas, sendo 3.998 (75,39%) presenciais e 1.305 (24,61%) na EaD. Na região Norte, foram contabilizadas apenas 87 matrículas, todas na EaD, equivalente a 6,67% das matrículas nacionais da Instituição em tal modalidade. Ainda que em número reduzido, esse Centro Universitário registrou matrículas em todos os 7 estados da região.

#### *Universidade Anhanguera*

Em 1974, foi criado Centro de Ensino Superior Professor Plínio Mendes dos Santos, tendo como mantenedora o Centro de Ensino Superior de Campo Grande (CESUP), a qual foi

*Inserção e atuação da Cogna na educação superior na região Norte do Brasil* originado com a fusão de instituições educacionais do Mato Grosso do Sul (UNIDERP, 2019). Na década de 1990, o Centro de Ensino Superior Professor Plínio Mendes dos Santos transformou-se em Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (Uniderp), mantida ainda pelo CESUP. A partir de 2005, a Uniderp é credenciada para ofertar cursos superiores a distância.

Com a publicação da Portaria SESu nº 879, em 18 de novembro de 2008, a Uniderp passou a denominar-se Universidade Anhanguera. A Anhanguera Educacional S.A. torna-se a mantenedora, por meio da Portaria SESu nº 1.620/09, publicada no Diário Oficial da União em 16 de novembro de 2009 (UNIDERP, 2019). Com o Termo de Responsabilidade do ato de Transferência de Manutenção, de 12 de maio de 2023, consta a nova mantenedora adquirente: Pitágoras – Sistema de Educação Superior Sociedade Ltda.

Em 2020, a Universidade Anhanguera foi a segunda maior instituição da Cogna Educação em número de matrículas no país, com 173.511 estudantes em cursos de graduação, sendo 9.717 presenciais (5,6%) e 163.794 (94,4%) na EaD. Na região Norte, identificou-se, em tal ano, atuação em apenas 3 estados (Amazonas, Pará e Tocantins), totalizando 6.413 matrículas a distância: 3,91% do total de matriculados nessa modalidade na Instituição.

#### *Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera*

Fundada em 17 de fevereiro de 1972, por um grupo de empresários, o Centro de Estudos de Londrina foi incumbido de administrar o Colégio São Paulo, mantido por uma congregação religiosa. Essa é a origem do Centro de Estudos do Norte do Paraná, que administrou várias faculdades ao longo de cerca de 2 décadas. Em 2 de junho de 1992, foi aprovado pelo Conselho Federal de Educação a unificação dessas faculdades, passando a compor a Faculdades Integradas Norte do Paraná (Unopar).

Em 8 de junho de 1994, pelo Parecer CFE nº 491/94, a Unopar teve aprovada as alterações de seu Regimento. Nos anos subsequentes, deu-se seguimento ao processo de expansão, sendo credenciada como a Universidade Norte do Paraná, em 03 de julho de 1997. A partir disso, se empenhou em expandir ainda mais sua atuação, criando Centros Acadêmicos, Campus, Cursos de Graduação nas modalidades presencial e a distância (credenciada pela Portaria Nº 556, de 20 de fevereiro de 2006), cursos de Pós-graduação Lato Sensu, Mestrados Acadêmico e Profissional e Doutorado Acadêmico (UNOPAR, 2019).

Após a oficialização da mudança da mantenedora União Norte do Paraná de Ensino Ltda para a Editora e Distribuidora Educacional S/A, pela Portaria Nº 7, de 14 de janeiro de 2013,

a abrangência da Unopar se intensificou. Em 2016, ocorreu a alteração da denominação passando para Universidade Pitágoras Unopar. E, a partir da Resolução CONSUN N° 1064/2021, passou a ser a Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera.

Trata-se da instituição com o maior número de matrículas de graduação do Grupo Cogna Educação em 2020, com 405.395 estudantes. Essa situação é garantida pela elevadíssima atuação na EaD, com 395.414 matrículas, 97,54% do total. Também é a instituição do Grupo com maior atendimento no Norte, com 52.676 estudantes na EaD em todos os estados da região, correspondendo a 13,32% das matrículas da Instituição na modalidade em questão.

#### *Faculdade Anhanguera Unidade Paragominas*

Em 2009, foi criada a então Faculdade Metropolitana de Paragominas, no Município de Paragominas, no Estado do Pará, mantida pelo Centro de Ensino Superior de Paragominas Ltda. Seu credenciamento e autorização de funcionamento ocorreu por meio da Portaria n° 522, de 21 de junho de 2016, com validade de três anos (AMPESC, 2023; Brasil, 2023). Por meio da Resolução N° 19/2019, de 13 de agosto de 2019, o presidente do Conselho Superior da instituição, manifestou aprovação e alteração da denominação da Faculdade Metropolitana de Paragominas para a Faculdade Pitágoras Unidade Paragominas. Anos depois, o mesmo Conselho emitiu a Resolução N° 05/2022, de 08 de março de 2022, com a mudança da marca para a “Bandeira ANHANGUERA, ficando com a seguinte denominação oficial: FACULDADE ANHANGUERA UNIDADE PARAGOMINAS”. Em 05 de junho de 2023, foi realizada a transferência de manutenção para Editora e Distribuidora Educacional S/A (Brasil, 2023). Em 2020, com atuação no Pará, essa Faculdade registrou 328 matrículas, todas em cursos presenciais.

#### *Faculdade Anhanguera Unidade Parauapebas*

A Faculdade Metropolitana de Parauapebas, tendo como mantenedora o Centro de Ensino Superior de Parauapebas Ltda (CEPAR), foi criada pela Portaria n° 938, de 18 de agosto de 2016, no Município de Parauapebas, no Pará. Em 27 de setembro de 2019, por meio da Resolução N° 12/2019, foi aprovada pelo conselho da Faculdade Metropolitana de Parauapebas quanto a alteração do nome da instituição para Faculdade Pitágoras Unidade Parauapebas, mantida pela Editora e Distribuidora Educacional S/A. Por sua vez, em 21 de março de 2022, pela Resolução N° 04/2022, alterou o nome para Faculdade Anhanguera

*Inserção e atuação da Cogna na educação superior na região Norte do Brasil*  
Unidade de Parauapebas (Brasil, 2023). Em 2020, a Faculdade Anhanguera Unidade de Parauapebas<sup>2</sup>, com atendimento exclusivamente presencial, contabilizou 757 matrículas no Pará.

#### *Faculdade Anhanguera de Marabá*

Localizada no município de Marabá (Pará) a então Faculdade Pitágoras de Marabá, mantida pela Editora e Distribuidora Educacional S/A, foi credenciada pela Portaria N° 1.418, de 9 de novembro de 2017. Em 24 de junho de 2020, por intermédio da Portaria N° 190, foi incorporada àquela mantenedora a Faculdade de Ciências Jurídicas de Marabá, passando a denominar-se Faculdade Pitágoras de Marabá (FPM). Em 21 de março de 2022, o Conselho Superior da faculdade emite a resolução que altera a denominação para Faculdade Anhanguera de Marabá<sup>3</sup>. Em 2020 essa Faculdade contabilizou 221 matrículas na região, todas presenciais e no Pará.

#### *Faculdade Anhanguera de Rio Branco*

Sua origem tem início com o credenciamento da então Faculdade Pitágoras de Rio Branco, a partir da Portaria N° 60, de 14 de janeiro de 2019. Instalada na Estrada São do Francisco, n° 255, Bairro Baixa da Colina, no Município de Rio Branco, no Estado do Acre, mantida pela Editora e Distribuidora Educacional S/A (Brasil, 2023).

Com a Portaria N° 192, de 24 de junho de 2020, a IES incorporou a Faculdade de Ciências Jurídicas de Rio Branco, assumindo a responsabilidade integral dos cursos em funcionamento e autorizados, além de garantir a manutenção dos registros acadêmicos, sem prejuízo para os alunos regularmente matriculados. Seu Conselho Superior aprovou, em 21 de março de 2022, a Resolução n° 01/2022, com a alteração de denominação para Faculdade Anhanguera de Rio Branco (Brasil, 2023). Os microdados indicam que, em 2020, a Instituição detinha 208 matrículas, todas presenciais no estado do Acre.

#### *Faculdade Anhanguera de Macapá*

Autorizada a funcionar pelo MEC, por meio da Portaria n° 2076, publicada no DOU de 18 de julho de 2002, a então Faculdade de Macapá (FAMA) está sediada na cidade de Macapá, na Rodovia Duca Serra, Estado do Amapá, tendo como mantenedora a União de Faculdades do Amapá Ltda (Fama, 2017). Inicialmente, ofertou cursos de pós-graduação *lato sensu*, no campus do Colégio Santa Bartolomea Capitania, recebendo, posteriormente, autorização para ofertar os cursos de graduação de Administração de Empresas e Ciências Contábeis. Em

2002, iniciou a construção do Campus Lagoa, o que lhe possibilitou tornar-se uma das maiores faculdades privadas do estado.

Em 31 de outubro de 2017, o Ministério da Educação, por meio da Portaria nº 1.132, aprova a mudança da mantenedora, passando a ser a Editora e Distribuidora Educacional S/A. Já em 28 de outubro de 2021, o Conselho Superior aprova, por intermédio da Resolução Nº 28/2021, a alteração do nome Faculdade de Macapá para Faculdade Anhanguera de Macapá (Brasil, 2023). Conforme microdados do Censo da Educação Superior, em 2020, essa Faculdade somou 4.293 matrículas em cursos de graduação presenciais, todas no estado do Amapá. Trata-se da instituição do Grupo Cogna Educação com o maior atendimento presencial na região Norte.

A análise do conjunto dos dados nos permite identificar que a inserção da Cogna Educação na região Norte se efetiva a partir de três movimentos articulados. As IES que são oriundas de outras regiões do país alcançam estudantes da região Norte a partir de processos de expansão da EaD, como forma privilegiada de financeirização e oligopolização do setor – destaque a Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera que têm atuação em todos os estados e 13,32% de suas matrículas EaD na região; outro movimento se efetiva a partir da criação de IES vinculadas às mantenedoras do Grupo, com atuação em cursos presenciais em locais com potencial econômico e reduzido atendimento do setor público – a exemplo do que ocorre em Parauapebas, Paragominas e Marabá, municípios do interior do Pará; já o terceiro movimento se efetiva com aquisição de IES vinculadas a outros grupos, com atuação local, como foi o caso da Faculdade de Macapá, atual Faculdade Anhanguera de Macapá.

Esse processo permitiu que a Cogna Educação alcançasse todos os estados da região Norte, mas de forma diferenciada. Na Tabela 2, expomos sinteticamente a atuação do Grupo nas matrículas presenciais e à distância, em contraste com as matrículas públicas e privadas.

**Tabela 2 – Distribuição das matrículas nos estados da região Norte: público, privado e Cogna (2020)**

Estado	Presencial			EaD		
	Público	Privado	Cogna	Público	Privado	Cogna
AC	9.094	10.586	208	302	17.269	3.458
AM	21.208	71.760	0	132	46.122	4.394
AP	13.259	14.689	4.293	1.421	20.792	1.885
PA	41.728	80.193	1.306	789	150.670	28.695
RO	10.831	33.015	0	235	34.952	10.240
RR	8.004	6.195	0	837	11.687	665

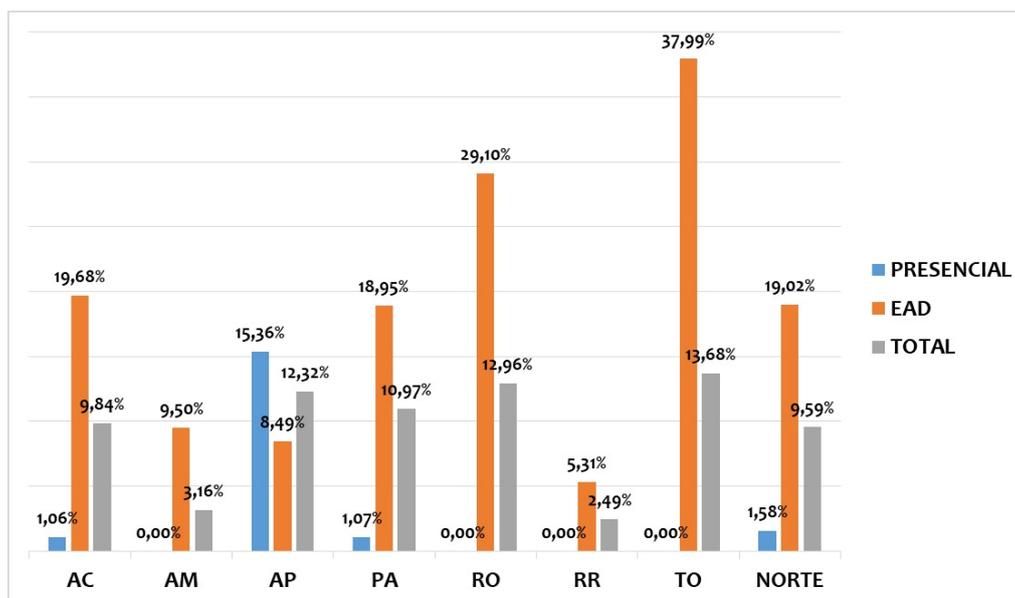
### Inserção e atuação da Cogna na educação superior na região Norte do Brasil

TO	23.265	22.755	0	2.505	23.397	9.839
<b>Região</b>	<b>127.389</b>	<b>239.193</b>	<b>5.807</b>	<b>6.221</b>	<b>304.889</b>	<b>59.176</b>

Fonte: elaboração própria com base nos microdados do Censo da Educação Superior (2022).

Os dados evidenciam que é limitada a atuação da Cogna em cursos presenciais na região Norte do país. Em apenas 3 estados (AC, AP e PA) há registros de matrículas presenciais, cujo maior impacto está no Amapá, com a Faculdade Anhanguera de Macapá, onde alcançou 4.293 estudantes. Na maioria dos estados (AM, RO, RR e TO) não há matrículas presenciais. É o ensino a distância que assegura a inserção do grupo em toda região. Nesse caso, merecem destaques para os números registrados no Pará (28.695), Rondônia (10.240) e Tocantins (9.839), que juntos somam 48.974 matrículas, 82,42% das matrículas EaD da holding no Norte. O gráfico 1 explicita a participação relativa da Cogna Educação no conjunto da região:

**Gráfico 1 – Participação da Cogna no total de matrículas nos estados da região Norte (2020)**



Fonte: elaboração própria com base nos microdados do Censo da Educação Superior (2022).

Ao compararmos a participação do Grupo em relação ao total de matrículas registradas no Norte, confirmamos a baixa participação em cursos presenciais (1,58%), sendo exceção o registrado no Amapá (15,36%). Regionalmente, a Cogna alcança 19,02% do total de matrículas EaD, mas há diferenças consideráveis no índice registrado em cada estado. Ainda no âmbito específico da EaD, os maiores índices registrados são 29,10%, em Rondônia, e 37,99%, em Tocantins. A forte atuação na EaD impulsiona a atuação do Grupo na região para alcançar quase 10% das matrículas totais, ficando apenas Amazonas (3,16%) e Roraima (2,49%), abaixo do índice regional. Por fim, observamos que é nos estados de Tocantins, Rondônia e

Amapá que a *holding* tem maior participação percentual no total de matrículas, com 13,68%, 12,96% e 12,32%, sendo que nos dois primeiros isso se efetiva exclusivamente em função da atuação na EaD.

### **Considerações finais**

A compreensão da configuração da política de educação superior brasileira implica em análises que considerem, ao mesmo tempo, um conjunto articulado de mediações. As transformações na estrutura produtiva, com a mundialização e financeirização do capital, o papel ativo do Estado que pautado em princípios neoliberais estabelece as bases necessárias à expansão privado-mercantil, bem como a histórica negação do acesso a tal nível de ensino a maior parte da população são elementos fundamentais em tal processo. Assim, a financeirização da educação superior não pode ser considerada como fenômeno isolado em si.

Esse movimento se efetiva sob crescente poder político privado, com a cumplicidade ou subordinação dos governos. A organização do setor empresarial, a limitada atuação estatal na oferta pública e os estímulos financeiros públicos acabam por favorecer a transformação da educação em serviço rentável ao mercado financeiro. Consuma-se, desse modo, a subordinação das finalidades educacionais aos interesses dos rentistas, com a ampliação da captura do fundo público, bancarização e formação de oligopólios. A etapa mais avançada desse processo se efetiva na constituição de grandes *holdings*, cujo maior exemplo no país é a Cogna Educação.

Na análise aqui desenvolvida, evidenciamos que o processo de inserção da Cogna Educação na região Norte conjuga movimentos articulados que expressam a materialização do processo de oligopolização. Como o objetivo central dessa *holding* é a rentabilidade, sua atuação na região é, sobretudo, via EaD. Em 2020, no Brasil, 69,2% das matrículas em cursos de graduação da Cogna Educação estavam na EaD, já no Norte esse índice alcançou 91,06%. Na maioria dos estados da região, nesse mesmo ano, todas as matrículas do Grupo estão em tal modalidade.

Em suma, a análise realizada nos permite afirmar que processo de financeirização da educação carrega consequências negativas para o ensino superior. Ainda que possa representar a ampliação do atendimento nesse nível formativo, particularmente em territórios historicamente negligenciados pelas políticas governamentais, isso se efetiva a

*Inserção e atuação da Cogna na educação superior na região Norte do Brasil* partir do rebaixamento da formação acadêmica. Desse modo, distante de enfrentar os problemas sociais, tal processo atua na perspectiva da manutenção e aprofundamento das desigualdades regionais.

### Referências

ADRIÃO, T. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo Sem Fronteiras**. v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss1articles/adriao.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2023.

AMORIM, H.; CARDOSO, A. C. M. BRIDI, M. A. Capitalismo industrial de plataforma: externalizações, sínteses e resistências. **Caderno CRH**, Salvador, v. 35, p. 1-15, e022021, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v35io.49956>. Acesso em: 12 mai. 2023.

AMPESC. Associação de Mantenedoras Particulares de Educação Superior de Santa Catarina. Disponível em: <https://www.ampesc.org.br/pesquisa.php?pesquisa=>. Acesso em: 12 jun. 2023.

ANDRADE, L. B. **Financeirização na educação superior privada brasileira: permanência por endividamento, expansão por benefício público**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

BASTOS, P. P. Z. Financeirização, crise, educação: considerações preliminares. **Texto para Discussão**, Campinas, n. 217, p. 1-22, mar. 2013. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3256/TD217.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2023.

BLANDY, B.; BOWBOR, L. Impactos da financeirização da educação brasileira: do Ensino Superior ao ciclo básico. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 20, n. 4, p. 1848-1877, out./dez. 2022. Disponível em <http://dx.doi.org/10.23925/1809-3876.2022v20i4p1848-1877>. Acesso em: 19 mar. 2023.

BRASIL. **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC**. 2023. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/>. Acesso jul.-ago. 2023.

BRASIL. **Microdados do Censo da Educação Superior**. Inep. 2022. <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-da-educacao-superior>. Acesso jul.-ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto Conselho Nacional de Educação. **Relatório N° 73/96**. União Norte do Paraná de Ensino. 4 de jul. 1996. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=224681-pces025-96&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=224681-pces025-96&Itemid=30192). Acesso: 15 jun. 2023.

BRITO, C. S.; GUIMARÃES, A. R. A expansão da educação superior e a desigualdade regional brasileira: uma análise nos marcos dos planos nacionais de educação. **EccoS – Rev. Cient.**, São Paulo, n. 44, p. 43-66, set./dez. 2017. Disponível em <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/7898/3651>. Acesso em: 1 jul. 2023.

CHAVES, V. L. J.; CAMARGO, M. D. H.; SOUSA, L. M. C. (2023). A Privatização da Educação Básica Superior em Tempos de Financeirização: o caso da Cogna Educação. **FINEDUCA - Revista De Financiamento Da Educação**, 13. Disponível em: <https://doi.org/10.22491/2236-5907127434>. Acesso em: 2 ago. 2023.

CHAVES, V. L. J.; SANTOS, M. R. S.; KATO, F. B. G. Financiamento público para o ensino superior privado-mercantil e a financeirização. **Jornal de Políticas Educacionais**. V. 14, n. 08. Janeiro de 2020. Disponível em: <http://10.5380/jpe.v14i0.70063>. Acesso em: 12 ago. 2023.

CHESNAIS, F. **A Mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996

COGNA. Lista de mantenedoras e mantidas. **Cogna Educação**, 2023a. Disponível em: <https://ri.cogna.com.br/a-kroton/lista-de-mantenedoras-e-mantidas/>. Acesso em: 01 ago. 2023.

COGNA. Histórico. **Cogna Educação**, 2023b. Disponível em: <http://ri.cogna.com.br/a-kroton/historico/>. Acesso em: 25 jun. 2023.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A Nova Razão do Mundo**. Editora Boitempo, 2016.

FAMA. **Faculdade FAMA de Macapá**. 2017. Disponível em: <https://faculdademacapa.wordpress.com/historico/>. Acesso: 15 jun. 2023.

IKUTA, C. Y. S. Os tentáculos das plataformas sobre a Educação: como funciona a intermediação digital de aulas particulares, modelo que cresce na pandemia. **Outras Palavras**, São Paulo, 10 fev. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Microdados do Censo da Educação Superior** 2020. Brasília: INEP, 2022. Microdados. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 15 jun. 2023.

KNIGHT, J. Updated Definition of Internationalization. **International Higher Education**, v. 33, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.6017/ihe.2003.33.7391>. Acesso em: 10 maio 2023.

MIOTO, B. T.; PENHA FILHO, C. A. Crise econômica e o setor imobiliário no Brasil: um olhar a partir da dinâmica das maiores empresas de capital aberto (Cyrela, PDG, Gafisa e MRV). In: SHIMBO, L.; RUFINO, B. (org.) **Financeirização e estudos urbanos na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Letra Capital, 2019, p. 29-59.

NOGUEIRA, A. F. S.; LIMA, I. O. Discussões sobre a mercantilização da Educação Superior: neoliberalismo submerso nos discursos da modernização, democratização e inovação. In: MORORÓ, L. P.; CUNHA JÚNIOR, A. S. (org.). **Os municípios e a execução das políticas educacionais**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2022, p. 245-278.

*Inserção e atuação da Cogna na educação superior na região Norte do Brasil*  
OLIVEIRA, R. P. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 739-760, out. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000300006>. Acesso em: 22 abr. 2023.

PAULO NETTO, J. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PITÁGORAS. **Nossa História**. 2019. Disponível em: <https://www.pitagoras.com.br/institucional/nossa-historia/>. Acesso em: 27 jun. 2023.

SANTOS FILHO, J. C.; GAMBOA, S. S. **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SGUISSARDI, V. Educação superior e diversidade regional no Brasil – o privado (mercantil) como fator de desigualdade e exclusão. In: CHAVES, V. L. J.; SILVA JÚNIOR, J. R. (org). **Educação Superior no Brasil e diversidade regional**. Belém: EDUFPA, 2008. p. 15-46.

SILVA, C. P. O método em Marx: a determinação ontológica da realidade social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 134, p. 34-51, jan./abr. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.164>. Acesso em: 15 jul. 2023.

SILVA JÚNIOR, J. R. Universidade e mundo do trabalho: aproximações para uma discussão teórica. In: MOLL, J.; SEVEGNANI, P. (org). **Universidade e mundo do trabalho**. Brasília: INEP, 2006, p. 61-108.

SILVA JUNIOR, J. R.; SGUISSARDI, V. **Novas faces da educação superior no Brasil: reforma do Estado e mudanças na produção**. São Paulo: Cortez Editora e EDUSF, 1999.

SIQUEIRA, A. C. A regulamentação do enfoque comercial no setor educacional via OMC/GATS. **Revista Brasileira de Educação**, [S. l.], n. 26, p. 145-184, maio/ago. 2004. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/ZCRxpZqygyTvGdpXYZKGsxM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 mai. 2023.

SUBTIL, M. J. D. Reflexões sobre marxismo e perspectiva teórico-metodológica para a pesquisa em políticas educacionais. **Germinal: Marxismo e educação em Debate**, Salvador, v. 8 n. 2, p. 138-147, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/gmed.v8i2.16439>. Acesso em: 14 abr. 2023.

UNIDERP. **Nossa história**. 2019. Disponível em: <https://www.uniderp.com.br/institucional/nossa-historia/>. Acesso em: 28 jun. 2023.

UNOPAR. **Nossa história**. 2019. Disponível em: <https://www.unopar.com.br/institucional/nossa-historia/>. Acesso em: 28 jun. 2023.

## Notas

---

<sup>1</sup> Nos levantamentos da pesquisa identificamos a Faculdade Anhanguera de Paragominas (19783), credenciada pelo MEC em 9 de novembro de 2017 como Faculdade Pitágoras de Paragominas. A mantenedora desde sua origem é a Editora e Distribuidora Educacional S/A (Brasil, 2023). Como essa IES não consta na relação de mantidas, conforme lista produzida pela própria Cogna Educação (Cogna, 2023a), não a consideramos neste estudo.

<sup>2</sup> Em nossos levantamentos identificamos outra Instituição com nome Faculdade Anhanguera de Parauapebas, vinculada à mesma mantenedora (Editora e Distribuidora Educacional S/A), com cadastro específico no e-Mec (19788). No vínculo cadastral apareceu como origem a Portaria Nº 1.063 (DOU), de 31 de maio de 2019, credenciando a então Faculdade Pitágoras de Parauapebas (Brasil, 2023). Como essa IES não consta na relação de mantidas, conforme lista produzida pela própria Cogna Educação (Cogna, 2023a), não a consideramos neste estudo.

<sup>3</sup> Identificamos na pesquisa a existência do Centro Universitário Anhanguera de Marabá (4452), cuja a transferência de mantenedora foi publicada no sistema e-MEC em 05 de julho de 2023, saindo do Centro de Ensino Superior de Marabá Ltda para a Editora e Distribuidora Educacional S/A (Brasil, 2023). Como essa IES não consta na relação de mantidas, conforme lista produzida pela própria Cogna Educação (Cogna, 2023a), não a consideramos neste estudo.

## Sobre os autores

### **André Rodrigues Guimarães**

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Pará. Professor de Política Educacional na Universidade Federal do Amapá. Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amapá e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Marxismo, Trabalho e Políticas Educacionais (GEMTE/UNIFAP). E-mail: [andre@unifap.br](mailto:andre@unifap.br) – Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1153-0771>.

### **Adeildo Telles da Silva**

Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Pará. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Amapá. Bacharel em Sistemas de Informação pela Faculdade Atual. Professor no Curso de Ciência da Computação na Universidade Federal do Amapá. E-mail: [adeildo.telles@unifap.br](mailto:adeildo.telles@unifap.br) – ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0936-8955>.

### **Ari Fernandes Santos Nogueira**

Pedagogo da Universidade Federal do Oeste da Bahia, UFOB. Mestre em Educação. Doutorando na linha de Políticas Públicas do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará, PPGED/UFPA. Membro pesquisador do Grupo de Pesquisa sobre Políticas Educacionais, Trabalho Escolar e Profissionalização Docente, G-Práxis/UFOB. Delegado do Fórum Estadual de Educação da Bahia. [ari.nogueira@ufob.edu.br](mailto:ari.nogueira@ufob.edu.br) – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7468-3938>.

Recebido em: 30/08/2023

Aceito para publicação em: 10/09/2023